

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Orquestra do Norte, sediada em Amarante, é a mais antiga Orquestra de âmbito regional que existe em Portugal, tendo sido constituída em 1992 e desempenhando um importante papel no acesso à cultura, na descentralização cultural e na formação de públicos, realizando um conjunto de atividades que incluem, além de concertos sinfónicos, ópera (entre outros), concertos didático-pedagógicos junto de crianças e jovens de várias escolas e também de instituições de ensino superior.

É inegável a importância da Orquestra do Norte para a promoção da cultura na região Norte, especialmente em territórios do interior.

Chegaram ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP dificuldades com as quais a Orquestra do Norte está confrontada e que exigem uma urgente resolução, sob pena da continuidade da sua atividade poder estar em causa.

A Orquestra está, atualmente, a pagar um empréstimo que fez para fazer face a uma dívida à Segurança Social deixada pela anterior Direcção. Simultaneamente, o modo e o modelo de financiamento definidos criam consideráveis problemas à Orquestra, uma vez que o pagamento dos apoios devidos pelo Estado não têm lugar no início de cada trimestre, mas sim no fim e só após ser remetido à DGArtes uma declaração de não dívida à Segurança Social – escusado será dizer que a Orquestra precisa do financiamento que lhe está atribuído no início de cada trimestre para pagar as contribuições à Segurança Social e poder obter a declaração de não dívida exigida.

Chegou também ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP que o Subsídio de Natal de 2019 foi pago há poucos dias e que o salário de Janeiro ainda não foi pago, nomeadamente aos cerca de 36 músicos que fazem parte da Orquestra. Esta realidade dos salários em atraso tem-se verificado com frequência nos últimos anos, traduzindo-se numa incerteza e instabilidade continuada para os profissionais da Orquestra do Norte.

Importa dizer que, aquando de recentes alterações legislativas que atingiram as Orquestras Regionais, a Orquestra do Norte passou a ter menos 100.000 euros de financiamento do Estado.

Importa ainda dizer que, aquando da regularização de vínculos precários dos profissionais da Orquestra do Norte, os mesmos viram os seus rendimentos reduzidos em 15%, ao que acresce o facto de muitos destes profissionais, há largos anos na Orquestra do Norte, não terem aumentos salariais (há quem esteja com o mesmo salário há 20 anos), bem como o facto de não terem subsídio de alimentação nem ajudas de custo quando se deslocam a vários pontos do país.

A importância das Orquestras Regionais, e no caso, a Orquestra do Norte, exige da parte do Governo que este assuma efetivamente as suas responsabilidades no financiamento a este serviço público, o que significa um reforço do financiamento à Orquestra do Norte de forma a garantir melhores condições de trabalho aos músicos, a reconhecer e valorizar o seu trabalho e os seus salários. Como exige também que o as transferências sejam feitas atempadamente para que a Orquestra do Norte não fique financeiramente asfixiada como tem estado continuamente.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério da Cultura, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da situação da Orquestra do Norte e das condições de trabalho dos seus músicos? Que avaliação faz da mesma?
2. Que medidas pretende o Governo tomar para garantir que o financiamento do Estado à Orquestra do Norte garante a resposta a todas as necessidades sentidas por esta estrutura?
3. Que medidas pretende o Governo tomar para garantir a transferência atempada do financiamento à Orquestra do Norte? Considera o Governo a possibilidade de fazer a transferência no início de cada trimestre?
4. Que medidas pretende o Governo tomar para garantir a valorização salarial destes trabalhadores, o reforço dos seus direitos e que a situação de salários em atraso não se volta a verificar?

Palácio de São Bento, 18 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)